

Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

fevereiro de 2017
Este relatório contém 40 páginas

CONTEÚDO	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração de fluxos de caixa 5
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 6
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 13
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Vendas e serviços prestados 15
Nota 2	Fornecimento e serviços externos 15
Nota 3	Gastos com o pessoal 16
Nota 4	Outros gastos e perdas 16
Nota 5	Juros e gastos similares obtidos 16
Nota 6	Juros e gastos similares suportados 17
Nota 7	Imparidade de dívidas a receber 17
Nota 8	Outros rendimentos e ganhos 17
II.4	Notas ao balanço
Nota 9	Ativos tangíveis 18
Nota 10	Ativos intangíveis 18
Nota 11	Outros ativos financeiros 19
Nota 12	Impostos correntes e diferidos 20
Nota 13	Clientes 21
Nota 14	Outras contas a receber 22
Nota 15	Caixa e depósitos bancários 22
Nota 16	Capital, reservas e resultados transitados 22
Nota 17	Responsabilidades com benefícios a empregados 22
Nota 18	Outras contas a pagar 26
Nota 19	Provisões 26
II.5	Outras notas
Nota 20	Transações com partes relacionadas 27
Nota 21	Justo valor 27
Nota 22	Passivos contingentes e compromissos 28
Nota 23	Gestão de riscos 29
Nota 24	Ativos sob gestão 34
Nota 25	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 34
Nota 26	Eventos subsequentes 39
III	Relatório dos auditores 40

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	1	10.034.200	10.023.081
Fornecimentos e serviços externos	2	(3.119.925)	(3.143.081)
Gastos com o pessoal	3	(1.217.881)	(1.229.609)
Imparidade de dívidas a receber	7	(26.226)	-
Provisões (aumentos/reduções)	19	(57.430)	(932.019)
Outros rendimentos e ganhos	8	74.293	6.489
Outros gastos e perdas	4	(530.920)	(320.046)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.156.111	4.404.815
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(17.231)	(12.812)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.138.880	4.392.003
Juros e gastos similares obtidos	5	110.891	25.597
Juros e gastos similares suportados	6	(48.388)	(35.690)
Resultado antes de impostos		5.201.383	4.381.910
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	(1.297.448)	(1.329.525)
Resultado líquido do exercício		3.903.935	3.052.385

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2016	2015
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	32.111	(3.340)
Impostos diferidos	(8.188)	852
	23.923	(2.488)
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos		
Ganhos / (perdas) atuariais, brutos	(18.853)	26.944
Ganhos / (perdas) atuariais, imposto	(995)	(7.123)
	(19.848)	19.821
Total outro rendimento integral	4.075	17.333
Resultado líquido do exercício	3.903.935	3.052.385
Total do rendimento integral do ano	3.908.010	3.069.718

Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2016	2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	93.749	102.635
Ativos intangíveis	10	174.661	85.889
Outros ativos financeiros	11	13.943.083	9.961.677
Ativos por impostos diferidos	12	110.959	115.400
		14.322.452	10.265.601
Ativo corrente			
Clientes	13	2.587.679	2.458.398
Estado e outros entes públicos	12	3.994	24.744.772
Acionistas/sócios	20	3.429	494
Outras contas a receber	14	215.063	223.144
Caixa e depósitos bancários	15	1.223.538	11.377.290
		4.033.703	38.804.098
Total do ativo		18.356.155	49.069.699
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.200.000	1.200.000
Reservas legais		292.346	292.346
Outras reservas		3.028.901	3.047.754
Resultados transitados		6.956.522	3.904.137
Ajustamentos em ativos financeiros		28.771	(3.340)
Outras variações no capital próprio		44.476	53.659
Resultado líquido do exercício		3.903.935	3.052.385
Total do capital próprio	16	15.454.951	11.546.941
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	19	989.448	932.019
Passivos com benefícios a empregados	17	149.141	125.243
		1.138.589	1.057.262
Passivo corrente			
Fornecedores		190.241	198.348
Estado e outros entes públicos	12	1.219.066	1.223.111
Acionistas/sócios	20	7.085	28.376
Outras contas a pagar	18	346.223	35.015.661
		1.762.615	36.465.496
Total do passivo		2.901.204	37.522.758
Total do capital próprio e passivo		18.356.155	49.069.699
Resultado por ação		16	13

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	<i>Eur</i>							
	Capital realizado	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.200.000	-	59.930	292.346	3.020.810	4.353.912	3.550.225	12.477.223
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	3.550.225	(3.550.225)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(3.340)	852	-	-	-	-	(2.488)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.052.385	3.052.385
Ganhos / (perdas) atuariais líquidos	-	-	(7.123)	-	26.944	-	-	19.821
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.200.000	(3.340)	53.659	292.346	3.047.754	3.904.137	3.052.385	11.546.941
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	3.052.385	(3.052.385)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	32.111	(8.188)	-	-	-	-	23.923
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.903.935	3.903.935
Ganhos / (perdas) atuariais líquidos	-	-	(995)	-	(18.853)	-	-	(19.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.200.000	28.771	44.476	292.346	3.028.901	6.956.522	3.903.935	15.454.951

Demonstração de fluxos de caixa

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	3.903.935	3.052.385
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos (*)	24.741.174	146.504
Amortizações do exercício	17.231	12.812
Variação de provisões	57.429	932.019
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	(124.135)	(496.735)
Outros ativos e passivos	4.050	(1.855)
Credores diversos (*)	(34.698.836)	9.902.820
	(6.099.152)	13.547.950
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.957.483)	(9.963.415)
Compras/Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	(97.117)	(93.700)
	(4.054.600)	(10.057.115)
<i>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</i>		
Dividendos pagos	-	(4.000.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(10.153.752)	(509.165)
Caixa e equivalentes no início do período	11.377.290	11.886.455
Caixa e equivalentes no final do período	1.223.538	11.377.290

(*) - A variação entre períodos relaciona-se com o pedido de reembolso de IVA descrito na Nota 12.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Occidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Occidental Pensões” ou “Sociedade”), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, anteriormente designada Pensõesgere – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., foi constituída em Lisboa, no ano de 1995.

A atividade da Sociedade é regulada pelo Decreto – Lei n.º 475/99 de 9 de Novembro e outra legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

A Occidental Pensões tem por objetivo principal a gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A Occidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, Art.º 4.º, a Occidental Pensões adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Occidental Pensões agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2016.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 24 de fevereiro de 2017.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados.

Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Ativos financeiros

Classificação

A Occidental Pensões classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Ocidental Pensões tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Ocidental Pensões se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Ocidental Pensões de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Ocidental Pensões tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Ocidental Pensões tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Ocidental Pensões estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Ocidental Pensões apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Pensões não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Ocidental Pensões avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Ocidental Pensões, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respetivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a terceiras entidades e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativo e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

f) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

g) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Sociedade enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

h) Locações

A Ocidental Pensões classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Ocidental Pensões à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

i) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores de caixa, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Ocidental Pensões tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

l) Reconhecimento de prestação de serviços e comissões

Os rendimentos de prestação de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

m) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Sociedade é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de “CCT”). Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efetuadas pela Sociedade.

Em 29 de janeiro de 2016 foi celebrado um novo acordo coletivo do trabalho (ACT) entre as seguradoras e os sindicatos tendo mantido os termos já existentes no CCT de 2011, relativamente aos planos de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Sociedade efetuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respetiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Sociedade, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. O cálculo é revisto por atuários independentes qualificados.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Sociedade determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuariais decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Sociedade reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Sociedade para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Sociedade avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Sociedade são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Sociedade assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Sociedade até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Sociedade com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2016, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

n) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto

aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Ocidental Pensões procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

o) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Ocidental Pensões pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Occidental Pensões são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Occidental Pensões é apresentada na anterior nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Occidental Pensões poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respetivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Sociedade como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objetiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Sociedade.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Vendas e serviços prestados

As Prestações de serviços, no montante de Euro 10.034.200 (2015: Euro 10.023.081), foram integralmente realizadas em Portugal.

Nota 2 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Trabalhos especializados	775.166	744.344
Publicidade e propaganda	8.996	11.356
Comissões	2.205.616	2.243.688
Conservação e reparação	1.973	1.878
Deslocações e estadas	13.415	10.229
Outros	114.759	131.586
	3.119.925	3.143.081

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões sob a sua gestão, efetuada pela BMO.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Trabalhos especializados inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. relativos aos seguintes serviços prestados:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Auditoria	29.851	24.269
Auditoria - serviços relacionados (*)	122.056	100.557
Consultoria fiscal	2.724	5.690
	154.631	130.516

(*) Honorários cobrados pelas auditorias relativas aos fundos de pensões geridos pela Ocidental Pensões.

Nota 3 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Remunerações ao Pessoal:		
Remuneração mensal	615.381	609.357
Subsídios e bónus	212.521	225.508
Benefícios pós-emprego	58.059	65.327
Indemnizações	89.959	100.600
Encargos sobre remunerações	182.552	180.200
Seguros obrigatórios	2.705	3.256
Outros custos com o pessoal	56.704	45.361
	1.217.881	1.229.609

Nota 4 – Outros gastos e perdas

Os Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Impostos indiretos	267.867	173.000
Taxas	114.180	98.006
Outros	148.873	49.040
	530.920	320.046

Nota 5 – Juros e gastos similares obtidos

À data de 31 de dezembro de 2016 os juros e gastos similares obtidos respeitam na totalidade a juros obtidos de títulos de dívida pública, em 2015 respeitam na totalidade a juros e gastos de depósitos bancários.

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Juros obtidos de depósitos	-	25.597
Juros obtidos de títulos	110.891	-
	110.891	25.597

Nota 6 – Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Juros suportados	36.200	35.062
Outros	12.188	628
	48.388	35.690

Nota 7 – Imparidade de dívidas a receber

À data de 31 de Dezembro de 2016 foram reconhecidos Euro 26.226 de perdas de imparidades com clientes.

Nota 8 – Outros rendimentos e ganhos

Em 2016 foram realizadas valias com títulos de dívida pública no montante Euro 68.044.

		<i>Eur</i>
	2016	2015
Rend./Ganhos Investimentos Financeiros	68.044	-
Outros	6.249	6.489
	74.293	6.489

II.4 Notas ao balanço

Nota 9 – Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Equipamento informático	13.541	7.655
Equipamento administrativo	45.499	45.499
Outro equipamento	81.818	81.818
	140.858	134.972
Amortizações acumuladas	(47.109)	(32.337)
Ativos tangíveis líquidos	93.749	102.635

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.655	45.499	81.818	134.972
Aquisições	5.886	-	-	5.886
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.541	45.499	81.818	140.858
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.655)	(14.149)	(10.533)	(32.337)
Amortizações do exercício	(1.349)	(4.696)	(8.727)	(14.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.004)	(18.845)	(19.260)	(47.109)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	-	31.350	71.285	102.635
Saldo líquido em 31 de dezembro 2016	4.537	26.654	62.558	93.749

Nota 10 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Ativos intangíveis - software	217.435	72.582
Ativos intangíveis em curso	-	85.889
	217.435	158.471
Amortizações acumuladas	(42.774)	(72.582)
Ativos intangíveis líquidos	174.661	85.889

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Custo de aquisição		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	158.471	72.582
Aquisições	91.231	85.889
Abates	(32.267)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	217.435	158.471
Amortização acumulada		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(72.582)	(72.582)
Amortizações do exercício	(2.459)	-
Abates	32.267	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(42.774)	(72.582)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	85.889	-
Saldo líquido em 31 de dezembro 2016	174.661	85.889

Nota 11 – Outros ativos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Dívida pública	13.793.706	9.825.825
Ações e unidades de participação em fundos	750	750
Juros a receber	148.627	135.102
	13.943.083	9.961.677
Dos quais:		
Nível 1	13.942.333	9.960.927
Nível 2	750	750
	13.943.083	9.961.677

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 12 – Impostos correntes e diferidos

A Ocidental Pensões determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 25,5% (taxa nominal de 21% mais 4,5% de derramas municipais e estaduais).

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos ativos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2016
Ativos por impostos correntes	3.994	24.744.772
Ativos por impostos diferidos	110.959	115.400
Ativos por impostos	114.953	24.860.172
Passivos por impostos correntes	1.219.066	1.223.111
Passivos por impostos	1.219.066	1.223.111

À data de 31 de dezembro de 2015 Ativos por impostos correntes incluem o montante de Euro 24.728.015 referente ao IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2003, atendendo às responsabilidades estimadas e de forma a reforçar o património do referido Fundo, foi celebrado um contrato de dação de imóveis entre a proprietária dos ativos, a Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E e a Ocidental Pensões, enquanto entidade gestora e representante do Fundo de Pensões do Grupo BCP. Ainda que as transações de imóveis, por norma, não sejam sujeitas ao pagamento de IVA, pelo facto de na data ter sido solicitada a dispensa de cumprimento dessa isenção, o imposto foi liquidado ao Estado. Resultou desta situação que o Estado assumiu uma posição devedora face à Ocidental Pensões, pelo montante do IVA a reembolsar, e o Fundo de Pensões do Grupo BCP uma posição credora face à Ocidental Pensões, a regularizar aquando do recebimento desse reembolso. Este facto justifica a existência do saldo credor e devedor de igual montante (Euro 24.728.015) no Balanço da Sociedade em 2015.

De referir que a antiguidade destes saldos devedor e credor resultam de divergências no que respeita ao direito de reembolso do IVA pela Ocidental Pensões, atendendo a que a Direção Geral de Impostos alega que o pedido de isenção do imposto apenas deveria ter sido solicitado após a realização da escritura. Neste contexto, a Ocidental Pensões efetuou em 29 de dezembro de 2004 um recurso hierárquico dirigido ao Ministro das Finanças. Em 14 de abril de 2013 o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu uma decisão favorável à Autoridade Tributária, decisão essa que foi prontamente contestada pela Ocidental Pensões em 16 de maio de 2013, através de recurso dirigido ao Tribunal Central Administrativo Sul.

A decisão deste Tribunal foi proferida no mês de novembro de 2016, com o indeferimento do Recurso Hierárquico oportunamente apresentado.

Tendo em conta que em março do ano de 2016, se encontravam reunidas as condições para a realização da escritura de compra e venda dos edifícios, foram as mesmas realizadas nessa data.

Uma vez resolvidas as questões invocadas pela Administração Tributária no indeferimento do reembolso, a ausência de escritura de compra e venda, o *management* da Sociedade decidiu solicitar o reembolso do imposto na declaração recapitulativa do mês de dezembro de 2016 do Fundo de Pensões do Grupo BCP, aguardando nesta data a decisão da Administração Tributária.

Desta forma a sociedade Ocidental Pensões, procedeu à eliminação no seu balanço do montante de €24.728015, passando este ativo a fazer apenas parte das contas do Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

					<i>Eur</i>	
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros		852	7.337	-	(7.337)	852
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	118.296	114.548	-	-	118.296	114.548
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	118.296	115.400	7.337	-	110.959	115.400

O movimento do imposto diferido de balanço em 2016 e 2015 foi reconhecido como se segue:

			<i>Eur</i>	
	2016		2015	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Activos financeiros	-	(8.188)	-	852
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	4.744	(995)	4.477	(7.123)
Impostos diferidos activos/ (passivos)	4.744	(9.183)	4.477	(6.271)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Impostos correntes	1.302.192	1.334.002
Impostos diferidos	(4.744)	(4.477)
	1.297.448	1.329.525

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Resultado antes de impostos	5.201.383	4.381.910
Taxa de imposto	25,5%	25,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.326.353	1.117.387
Tributação autónoma	6.695	7.612
Outras diferenças permanentes	(35.600)	204.526
	1.297.448	1.329.525

Nota 13 – Clientes

Os saldos a receber registados na rubrica de Clientes, no montante de Euro 2.587.679 (2015: Euro 2.458.398), resultam diretamente da atividade desenvolvida pela Sociedade. De acordo com a avaliação efetuada sobre a recuperabilidade destes ativos à data de 31 de dezembro de 2016, a Sociedade procedeu ao reconhecimento de perdas por imparidade como referido na nota 7.

Nota 14 – Outras contas a receber

Os saldos registados na rubrica de Outras contas a receber, no montante de Euro 215.063 (2015: Euro 223.144), resultam essencialmente de comissões reconhecidas no exercício, cujo recebimento apenas irá ocorrer em 2017.

Nota 15 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 16 – Capital, reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., de Euro 1.200.000, representado por 240.000 ações de valor nominal Euro 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Ocidental Pensões é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Ajustamentos em ativos financeiros (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 b).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2016 e 2015 são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Saldos em 1 de janeiro	(3.340)	(3.340)
Ajustamentos no justo valor	32.111	-
Saldos em 31 de dezembro	28.771	(3.340)

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social.

Resultados transitados

Em novembro de 2015, de acordo com deliberação do Conselho de Administração, a Ocidental Pensões distribuiu à acionista Millenniumbcp Ageas o montante de Euro 4.000.000. Em 2016 não foram atribuídos dividendos.

Ver quadro com Demonstração das alterações de capital próprio em **I – Demonstrações Financeiras**.

Nota 17 – Responsabilidades com benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Sociedade é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado pelo CCT. Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efetuadas pela Sociedade.

Em 29 de janeiro de 2016 foi celebrado um novo acordo coletivo do trabalho (ACT) entre as seguradoras e os sindicatos tendo mantido os termos já existentes no CCT de 2011, relativamente aos planos de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Sociedade efetuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respetiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

Anualmente, a Sociedade procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Sociedade é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2016	2015
Número de participantes		
Ativos	22	21
Reformados e pensionistas	1	1
	23	22

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2016	2015
Taxa de desconto	1,85%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	1,85%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
	Unidade de crédito	Unidade de crédito
Método atuarial	projectada	projectada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015 são como segue:

					<i>Eur</i>			
	2016				2015			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(131.523)	(296.966)	(39.302)	(467.791)	(137.908)	(282.594)	(29.599)	(450.101)
Justo valor dos ativos do plano	318.650	-	-	318.650	324.858	-	-	324.858
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	187.127	(296.966)	(39.302)	(149.141)	186.950	(282.594)	(29.599)	(125.243)

Adicionalmente, a Sociedade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental Vida – Sociedade Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 1 (2015: 1), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 39.000 (2015: Euro 40.000).

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no atual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016				2015			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	137,908	282,594	29,599	450,101	152,005	291,011	33,364	476,380
Custo do serviço corrente	2,649	14,848	2,226	19,723	3,363	15,220	2,693	21,276
Custo dos juros	2,672	5,634	534	8,840	2,950	5,803	654	9,407
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Sociedade	(8,435)	(1,724)	5,770	(4,389)	(8,492)	(1,724)	(1,281)	(11,497)
(Ganhos) / perdas atuariais	(1,934)	(4,386)	1,173	(5,147)	(9,613)	(27,716)	(5,831)	(43,160)
Transferência entre fundos	(1,337)	-	-	(1,337)	(2,305)	-	-	(2,305)
Responsabilidades em 31 de dezembro	131,523	296,966	39,302	467,791	137,908	282,594	29,599	450,101

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são como segue:

	2016				2015			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	2.649	14.848	2.226	19.723	3.363	15.220	2.693	21.276
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	(1.414)	5.634	534	4.754	(1.204)	5.803	654	5.253
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	1.174	1.174	-	-	(5.831)	(5.831)
Custo do exercício	1.235	20.482	3.934	25.651	2.159	21.023	(2.484)	20.698

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	Eur	
	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	324.858	329.461
Contribuições da Sociedade	24.651	12.425
Pagamentos efetuados pelo fundo	(8.435)	(8.492)
Retorno esperado do fundo	4.086	4.154
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	(25.173)	(10.385)
Transferências entre associados	(1.337)	(2.305)
Saldo em 31 de dezembro	318.650	324.858

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Sociedade ascenderam a Euro 24.651 (2015: Euro 12.425), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2016 e 2015, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2016			2015		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	180.427	101.149	281.576	179.655	128.865	308.520
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	(1.934)	(4.386)	(6.320)	(9.613)	(27.716)	(37.329)
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	25.173	-	25.173	10.385	-	10.385
Saldo em 31 de dezembro	203.666	96.763	300.429	180.427	101.149	281.576

Em 31 de Dezembro de 2016 as (perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (14.000). Em 2015 os pressupostos atuariais não foram alterados.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2016				2015			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	186.950	(282.594)	(29.599)	(125.243)	177.456	(291.011)	(33.364)	(146.919)
Custo do Exercício	(1.235)	(20.482)	(3.933)	(25.650)	(2.159)	(21.023)	2.484	(20.698)
(Ganhos) / perdas atuariais	(23.239)	4.386	-	(18.853)	(772)	27.716	-	26.944
Benefícios pagos pela companhia	-	1.724	(5.770)	(4.046)	-	1.724	1.281	3.005
Contribuições dos empregados e outras	24.651	-	-	24.651	12.425	-	-	12.425
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	187.127	(296.966)	(39.302)	(149.141)	186.950	(282.594)	(29.599)	(125.243)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	2016	2015
Títulos de rendimento variável	84.761	84.788
Títulos de rendimento fixo	207.186	218.954
Imóveis	3.410	3.574
Outros	23.293	17.542
	318.650	324.858

À data de 31 de dezembro de 2016 o fundo de pensões da Sociedade não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	2016	2015
Impacto no custo com pensões	2.329	2.387
Impacto nas responsabilidades	47.515	45.215

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	112.481	-81.917
Taxa de Crescimento das Pensões	-47.906	57.054
Taxa de Crescimento dos Salários	-51.303	65.716

	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tábua de Mortalidade	18.964	

No que respeita ao Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012, a Sociedade contribuiu em 2016 com o montante de Euro 24.000 (2015: Euro 24.000). Adicionalmente, em 2016, no âmbito do CCT revisto, a Sociedade efetuou ainda uma contribuição no montante de Euro 12.500 (2015: Euro 18.000) para o PIR dos trabalhadores.

À data de 31 de dezembro de 2016 a responsabilidade total com o PIR ascende a Euro 294.000 e o valor do Fundo a cobrir esta responsabilidade ascende a Euro 294.000.

Nota 18 – Outras contas a pagar

À data de 31 de dezembro de 2015 a rubrica outras contas a pagar refere-se maioritariamente ao montante de Euro 24.728.015, relativo ao IVA associado à dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP. Em 2016, este valor foi removido, conforme referido na nota 12.

Nota 19 – Provisões

O montante de Euro 989.448 registado na rubrica de provisões, a 31 de Dezembro de 2016, refere-se ao provisionamento de uma contingência fiscal no contexto do imposto de selo.

Em 2015, a Ocidental Pensões foi sujeita a uma inspeção fiscal pela Autoridade Tributária, aos exercícios de 2011 a 2014, no sentido de ser aferida a aplicabilidade do imposto de selo às comissões de gestão cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões. Contrariamente ao entendimento generalizado no mercado até esta data, a Autoridade Tributária confirmou que com efeito o imposto de selo é devido nestas circunstâncias.

O montante provisionado reflete a responsabilidade máxima a incorrer pela Ocidental Pensões em resultado desta recente interpretação (imposto de selo, juros de mora e coimas). A Sociedade decidiu recorrer desta decisão em 2015, estando atualmente o processo em análise pela Autoridade Tributária.

II.5 Outras Notas

Nota 20 – Transações com partes relacionadas

As transações significativas com partes relacionadas em 2016 e 2015 são analisadas como segue:

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Millenniumbcp	Ageas	Fundo Pensões BCP	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.151.963		-	-	1.151.963
Ativos financeiros disponíveis para venda	750		-	-	750
Outros ativos	2.520		-	1.754.127	1.756.647
Total do ativo	1.155.233		-	1.754.127	2.909.360
Outros passivos	5.601		-	-	5.601
Total do passivo	5.601		-	-	5.601
Líquido ativo / (passivo) 2016	1.149.632		-	1.754.127	2.903.759
Líquido ativo / (passivo) 2015	11.288.958		-	1.701.506	12.990.464

	Eur				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Millenniumbcp	Ageas	Fundo Pensões BCP	Total
Comissões de gestão financeira e administrativa	-		-	6.747.916	6.747.916
Total de proveitos	-		-	6.747.916	6.747.916
Comissão de comercialização de fundos de pensões	(37.333)		-	-	(37.333)
Gastos gerais e administrativos	(230.260)		-	-	(230.260)
Total de custos	(267.593)		-	-	(267.593)
Líquido proveitos / (custos) 2016	(267.593)		-	6.747.916	6.480.323
Líquido proveitos / (custos) 2015	(332.231)		-	6.692.371	6.360.140

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Millenniumbcp	Ageas	Fundo Pensões BCP	Total
Dividendos pagos	-	(4.000.000)		-	(4.000.000)
Líquido aumento/ (diminuição) capital próprio 2015	-	(4.000.000)		-	(4.000.000)

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 21 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Sociedade são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por fatores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

		<i>Eur</i>			
		2016		2015	
Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e depósitos bancários	1	1.223.538	1.223.538	11.377.290	11.377.290
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	2.806.171	2.806.171	2.682.036	2.682.036
		4.029.709	4.029.709	14.059.326	14.059.326
Outros passivos financeiros ao custo amortizado *	3	543.549	543.549	10.514.370	10.514.370
		543.549	543.549	10.514.370	10.514.370

* Em 2015, excluído o montante de Euro 24.728.015, apresentado no Balanço como "Outras contas a pagar", atendendo ao facto de se anular com o mesmo montante apresentado no activo na rubrica "Estado e outros entes público" (ver nota 12).

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 22 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais e/ou outros em Portugal, que de acordo com a avaliação da Administração, possam resultar em impactos significativos na sua posição financeira e resultados, em acréscimo às responsabilidades já reconhecidas no Balanço.

Garantias

A Sociedade possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato.

Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

				<i>Eur</i>
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	4.660	10.915	25.120	40.695

Nota 23 – Gestão de riscos

A Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A dedica-se à gestão, administração e representação de Fundos de Pensões, e assumir riscos é intrínseco à forma como a empresa cria valor para os seus clientes. O seu objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes à sua atividade podem ser identificados e geridos de uma forma eficaz, dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável e, consequentemente, que é uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

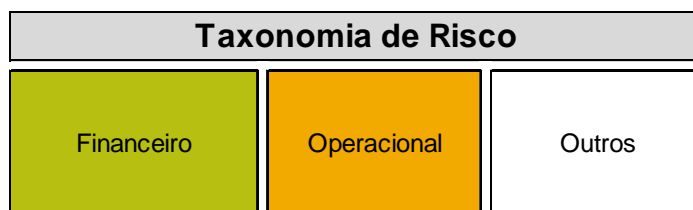
A gestão de risco na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos, dentro da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. A identificação dos riscos é realizada através da estrutura da taxonomia definida no regulamento da Taxonomia de Risco.

Para a Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A os Riscos Financeiros, Operacionais e Outros Riscos são os que lhe estão inteiramente ligados:



Os riscos financeiros e operacionais são quantificados dentro dos requisitos do Pilar I do Solvência II e os Outros riscos são quantificados sob os requisitos do Pilar II do Solvência II.

Todos os riscos são geridos por via de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento* ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

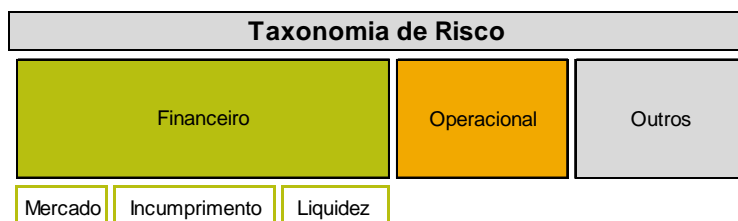
- O Conselho de Administração da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A aprova a Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso, o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais delega no Comité de Risco e no Comité de Gestão de Ativos e Passivos&Investimentos (GAP&Investimentos).
- O Departamento de Gestão de Risco:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e à Comissão Executiva;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de GAP&Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de GAP&Investimentos/Comité de Risco ou pelos Supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Risk Officer tem como principais funções:
 - Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Emitir parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Integrar o Comité de Risco/ Comité de GAP& Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A é construída em torno de quatro elementos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e do *Risco de Incumprimento*, a Taxonomia de Risco da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc.

O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Euro) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Euro).

A Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.943.083	100,0%	9.961.677	100,0%
Dívida pública	11.670.182	83,7%	9.960.927	0,0%
Obrigações	2.272.151	16,3%	-	0,0%
Ações	750	0,0%	750	100,0%
Total	13.943.083	100%	9.961.677	100,0%

As ações detidas pela Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
Total	750	100,0%	750	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários com base em *ratings* externos ou equivalentes.

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
AAA	3.080.225	22,1%	5.094.468	51,1%
AA	6.704.979	48,1%	4.866.459	48,9%
BBB	1.971.643	14,1%	-	0,0%
BB	2.185.486	15,7%	-	0,0%
Total	13.942.333	100,0%	9.960.927	100,0%
Dívida pública	11.670.182	83,7%	9.960.927	100,0%
Obrigações	2.272.151	16,3%	-	0,0%
Total	13.942.333	100,0%	9.960.927	100,0%

Para depósitos e outros devedores (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito [EUR]				
B+	1.151.962	94,2%	11.377.290	100,0%
BB-	71.576	5,8%	-	0,0%
	1.223.538	100,0%	11.377.290	100,0%
Outros devedores	2.806.171	100,0%	2.682.036	100,0%
Total	4.029.709	100,0%	14.059.326	100,0%

Risco Operacional

O *Risco Operacional* resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo o departamento de Gestão de risco e atuariado é apoiado por um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversalmente a toda a organização.

O Risco Operacional na Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada um dessas linhas. Adicionalmente, o comité de risco operacional e controlo interno foi criado para gerir o risco operacional na Organização. Além disso, a Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A adotou uma abordagem Top-Down e Bottom-Up.

Estas duas abordagens são sinérgicas e, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Organização através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Organização.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Organização;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “*Bottom-up*”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Organização, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comités e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Outros Riscos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e, ainda, de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

Desde 1 de janeiro de 2016, o regime Solvência II é obrigatório para as Companhias de Seguros / Resseguradoras estabelecidas na União Europeia, tal como estabelecido na Diretiva 2009/138 / CE e transposto para a legislação portuguesa - RJASR 147/2015 de 9 de setembro.

As novas regras de solvabilidade, que introduzem critérios mais severos no cálculo do rácio de solvabilidade, visam melhorar a adequação do capital das seguradoras face aos riscos aceites. O principal objetivo dessa alteração é a avaliação dos ativos/responsabilidades baseada em princípios económicos, que introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Seguradoras e melhora a avaliação dos riscos a que a Companhia está exposta.

Nota 24 – Ativos sob gestão

Os ativos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Títulos de rendimento fixo	2.222.349.581	2.078.612.593
Títulos de rendimento variável	2.486.123.728	2.588.886.432
Propriedades de investimento	385.702.950	404.450.173
Total	5.094.176.259	5.071.949.198

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	5.071.949.198	4.942.863.679
Contribuições líquidas	46.338.084	21.059.742
Mais/ (menos) valias realizadas	(43.613.667)	41.559.258
Transferências	19.502.644	66.466.519
Saldo em 31 de dezembro	5.094.176.259	5.071.949.198

Nota 25 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

- IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

- *IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)*

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- *IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais*

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- *IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.*

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- *IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo*

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja facura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- *IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada*

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- *IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão*

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

- IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

A Sociedade não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Sociedade.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Sociedade, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Sociedade encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Sociedade.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a

data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Sociedade não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas;
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Nota 26 – Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto no IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

III Relatório dos auditores